

Trivia Trens S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
financeiras em 30 de junho de 2026

Ref.: Relatório nº 268JP-051-PB



Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2026	15

1. Apresentação

A Companhia, apresenta o Relatório da Administração referente ao semestre encerrado em 30 de junho de 2026. Este relatório é complementar às Demonstrações Financeiras da Companhia, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro da *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

A Companhia é responsável pela concessão das linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade da rede de Trens Metropolitanos do Estado de São Paulo. Tem como objeto a operação, manutenção e modernização de mais de 100 km de vias ferroviárias, conectando a capital paulista aos municípios de Mogi das Cruzes, Poá, Suzano, Itaquaquecetuba e Guarulhos.

No primeiro semestre de 2026, a Companhia manteve suas atividades voltadas à preparação para a assunção da operação das Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade, em conformidade com as etapas previstas no Contrato de Concessão celebrado com o Estado de São Paulo.

1.1 Fase Pré-Operacional

Durante o primeiro semestre de 2026, a Trivia Trens S.A. permaneceu na fase pré-operacional da concessão, iniciada em 21 de julho de 2025. Nesse período, a CPTM permaneceu responsável pela operação e manutenção das linhas concedidas e pelos respectivos custos operacionais, enquanto a Companhia concentrou seus esforços na preparação para o início da operação comercial.

Ao longo do semestre, a Companhia estruturou suas equipes por meio de processos de recrutamento, contratação e capacitação de colaboradores, acompanhou continuamente a operação por meio de profissionais alocados no Centro de Controle Operacional (CCO) e avançou na implantação de sistemas corporativos e operacionais, com destaque para o Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO).

Também foram celebrados contratos estratégicos destinados a viabilizar o início da operação, abrangendo Operação e Manutenção (O&M), tecnologia, infraestrutura, fornecimento de bens e serviços.

1.2 Operação Assistida

A Etapa de Operação Assistida, originalmente prevista para julho de 2026, marcaria a assunção da operação comercial das Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade pela Trivia Trens S.A.

Em 23 de julho de 2026, foi registrada uma ocorrência envolvendo uma composição ferroviária, a subestação elétrica de Sebastião Gualberto e a rede aérea, no trecho compreendido entre as estações Tatuapé e Brás, ocasionando a interrupção do fornecimento de energia ao sistema.

Em decorrência do incidente, foram prontamente acionados os protocolos operacionais, de contingência e de atendimento a emergências aplicáveis, incluindo medidas voltadas a preservação da segurança dos passageiros, à evacuação assistida das áreas afetadas e ao restabelecimento gradual da operação. Ainda no dia 23 de julho de 2026, os sistemas operacionais e a circularização dos trens foram restabelecidos.

Contudo, em decorrência do incidente, a ARTESP determinou, em caráter cautelar, a suspensão da operação comercial da Companhia e o retorno da concessão à fase pré-operacional, na qual a CPTM passou a assumir a operação e manutenção do sistema, cabendo à Companhia prestar suporte operacional durante o período inicial de 90 (noventa) dias.

Durante esse período, as atividades operacionais da Companhia permanecem temporariamente suspensas, sendo esperado que a retomada da operação comercial pela Concessionária ocorra após o encerramento da medida cautelar, observadas as determinações do Poder Concedente.

A Companhia vem prestando integral suporte técnico e operacional às atividades atualmente conduzidas pela CPTM, bem como colaborando de forma contínua com o Poder Concedente, a ARTESP e os demais órgãos envolvidos, com foco na apuração dos fatos e na retomada segura, adequada e eficiente da operação.

Relatório da administração

1.3 Plano de Investimentos

O Plano de Investimentos constitui um dos pilares da concessão, destinado à modernização, expansão e requalificação da infraestrutura ferroviária e dos sistemas operacionais.

No primeiro semestre de 2026, a Companhia realizou investimentos destinados principalmente às atividades preparatórias para a futura operação das linhas concedidas.

Os investimentos prioritários previstos para a Fase Pré-Operacional foram concluídos dentro do cronograma estabelecido. Entre as principais entregas destacam-se as adequações das estações, como foco na acessibilidade, segurança e conforto dos usuários, além de vedações de faixa, reduzindo vulnerabilidade da segurança patrimonial e acessos à faixa de domínio.

2. Resultado

A seguir, a Trivia Trens S.A. divulga o resultado do período de 30 de junho de 2026 e 2025 (valores expressos em milhares de reais).

	6M26	6M25	Var.	A/A
Receita (despesas) operacionais	(47.613)	(23.890)	(23.723)	99,3%
Despesas gerais e administrativas	(46.282)	(23.890)	(22.392)	93,7%
Outras receitas operacionais	124	-	124	100,0%
Depreciação e amortização	(1.455)	-	(1.455)	100,0%
Resultado Financeiro	18.131	6.508	11.623	178,6%
Receitas Financeiras	21.298	7.516	13.782	183,4%
Despesas Financeiras	(3.167)	(1.008)	(2.159)	214,2%
IRPJ/CSLL Diferido	12.271	-	12.271	100,0%
Prejuízo líquido do semestre	(17.211)	(17.382)	171	-1,0%

No primeiro semestre de 2026, a Companhia permaneceu em fase pré-operacional e, por esse motivo, ainda não registrou receitas decorrentes da operação da concessão. O resultado do período reflete, principalmente, os gastos necessários à estruturação da operação e aos ganhos com participação em fundos de investimentos, apresentados na receita financeira.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 47.613 mil, aumento de 99,3% em relação ao mesmo período de 2025. O resultado financeiro foi positivo em R\$ 18.131 mil, crescimento de 178,6% em comparação ao primeiro semestre de 2025, impulsionado pelos recursos aplicados e pelo cenário de taxas de juros.

Em razão desses fatores, a Companhia encerrou o semestre com prejuízo líquido de R\$ 17.211 mil, praticamente em linha com o prejuízo de R\$ 17.382 mil apurado no mesmo período de 2025, refletindo o estágio de implantação da concessão e a ausência de receitas operacionais recorrentes.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da
Trivia Trens S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Trivia Trens S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trivia Trens S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Fase pré-operacional

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas no 1.2, 1.3 e 22(b) às demonstrações financeiras, que informa que a Companhia ainda não iniciou sua fase operacional plena, encontrando-se em fase pré-operacional desde 21 de julho de 2025. Conforme divulgado nas referidas notas explicativas, a etapa da operação assistida, iniciada em 21 de julho de 2026, foi temporariamente suspensa pelo Poder Concedente em virtude de um incidente ocorrido em 23 de julho de 2026 envolvendo uma composição ferroviária, a subestação elétrica de Sebastião Gualberto e a rede aérea, no trecho compreendido entre as estações Tatuapé e Brás, ocasionando a interrupção do fornecimento de energia ao sistema. Em decorrência do incidente, a ARTESP determinou o retorno da concessão à fase pré-operacional, passando a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) a assumir temporariamente a operação e manutenção do sistema. Nossa opinião não contém ressalva com relação a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

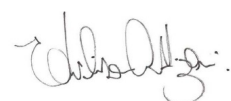
Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Trivia Trens S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante		198.567	52.664
Caixa e equivalentes de caixa	3	68.423	38.701
Estoques	4	22.050	678
Tributos a recuperar	5	7.169	1.369
Partes relacionadas	6	11	14
Outros créditos	7	100.914	11.902
Ativo não circulante		425.322	304.563
Realizável a longo prazo		239.770	246.350
Títulos e valores mobiliários	8	107.126	239.233
Ativos de contrato	9	115.914	5.081
Outros créditos	7	3.213	790
Tributos diferidos	19	13.517	1.246
Imobilizado	10	26.138	11.379
Intangível	11	159.414	46.834
Total do ativo		623.889	357.227

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trivia Trens S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante		83.750	29.488
Arrendamentos por direito de uso	12	1.911	1.034
Fornecedores	13	27.542	4.077
Obrigações tributárias		2.540	1.689
Obrigações trabalhistas	14	49.038	22.676
Outras obrigações		2.715	12
Partes relacionadas	6	4	-
Passivo não circulante		7.941	7.026
Arrendamentos por direito de uso	12	7.791	7.010
Fornecedores	13	150	16
Patrimônio líquido		532.198	320.713
Capital social	16.1	563.318	334.622
Prejuízos acumulados		(31.120)	(13.909)
Total do passivo e patrimônio líquido		623.889	357.227

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trivia Trens S.A.

Demonstrações do resultado

para o período de 08/04/2025 (data de constituição da Companhia) a 30/06/2025 e semestre de 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Período de	
		08/04/2025 a	30/06/2025
Receitas (despesas) operacionais	17	(47.613)	(23.890)
Despesas gerais e administrativas		(47.737)	(23.890)
Outras receitas operacionais		124	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(47.613)	(23.890)
Resultado financeiro	18	18.131	6.508
Receitas financeiras		21.298	7.516
Despesas financeiras		(3.167)	(1.008)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(29.482)	(17.382)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	12.271	-
Prejuízo líquido do semestre		(17.211)	(17.382)
Resultado atribuído aos acionistas controladores		(17.211)	(17.382)
Número de ações		563.317.719	557.703.587
Resultado líquido básico e diluído por ações (em reais)		(0,03)	(0,03)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trivia Trens S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para o período de 08/04/2025 (data de constituição da Companhia) a
30/06/2025 e semestre de 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

	Período de	
	30/06/2026	08/04/2025 a 30/06/2025
Prejuízo líquido do semestre	(17.211)	(17.382)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do semestre	(17.211)	(17.382)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trivia Trens S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para o período de 08/04/2025 (data de constituição da Companhia) a 30/06/2025 e semestre de 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social subscrito	(-) Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Constituição em 08 de abril de 2025		1	-	-	1
Aumento do capital		557.702	-	-	557.702
Capital social a integralizar		-	(223.081)	-	(223.081)
Prejuízo líquido do período		-	-	(17.382)	(17.382)
Saldos em 30 de junho de 2025		557.703	(223.081)	(17.382)	317.240
Saldos em 31 de dezembro de 2025	16	557.703	(223.081)	(13.909)	320.713
Aumento do capital		5.615	-	-	5.615
Integralização de capital		-	223.081	-	223.081
Prejuízo líquido do semestre		-	-	(17.211)	(17.211)
Saldos em 30 de junho de 2026	16	563.318	-	(31.120)	532.198

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Trivia Trens S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para o período de 08/04/2025 (data de constituição da Companhia) a 30/06/2025 e semestre de 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2026	Período de 08/04/2025 a 30/06/2025
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(29.482)	(17.382)
Ajuste para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.455	-
Juros e variações monetárias s/ endividamento	695	-
Resultado ajustado	(27.332)	(17.382)
Variações no ativo	(118.607)	(2.045)
Estoques	(21.372)	-
Tributos a recuperar	(5.800)	(11)
Outros créditos	(91.435)	(2.034)
Variações no passivo	53.515	2.720
Fornecedores	23.599	286
Obrigações trabalhistas	26.362	1.901
Obrigações tributárias	851	530
Outras obrigações	2.703	3
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(92.424)	(16.707)
Juros pagos	(695)	-
Caixa líquido pelas atividades operacionais	(93.119)	(16.707)
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	132.107	(275.646)
Ativos de contrato	(110.833)	-
Transações com partes relacionadas	3	(1)
Aquisição de imobilizado	(16.214)	-
Aquisição no intangível	(112.580)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(107.517)	(275.647)
Atividades de financiamentos		
Amortização de arrendamentos	(632)	-
Captação/Baixas de arrendamentos	2.290	-
Transações com partes relacionadas	4	508
Capital social integralizado	228.696	334.621
Caixa líquido das atividades de financiamentos	230.358	335.129
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	29.722	42.775

Trivia Trens S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para o período de 08/04/2025 (data de constituição da Companhia) a
30/06/2025 e semestre de 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2026	Período de 08/04/2025 a 30/06/2025
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	38.701	1
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	68.423	42.776
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	29.722	42.775

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

1.1. Sobre a Companhia

A Trivia Trens S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, subsidiária integral da Comporte Participações S.A., constituída em decorrência da participação na Concorrência Internacional nº 02/2024, cuja sede está localizada na Rua Werner Von Siemens, nº 111, Prédio 1, 2ª andar, Lapa de Baixo, São Paulo, local onde funcionará o seu escritório administrativo. Constituída em 08 de abril de 2025, a Companhia tem como objeto social específico e exclusivo a exploração da Concessão Patrocinada da prestação do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos nas Linhas 11 – Coral, 12 – Safira e 13 – Jade, integrantes do sistema ferroviário do Estado de São Paulo, compreendendo operação, manutenção, conservação, implantação de obras civis e sistemas, melhorias, requalificação, adequação, modernização e expansão (“Concessionária Patrocinada”), nos exatos termos do Edital de concorrência internacional nº 02/2024 e do correspondente contrato de concessão.

1.2. Contrato de Concessão

Em 21 de maio de 2025, a companhia celebrou o contrato de concessão para a prestação do serviço público de transporte de passageiros sobre trilhos. A concessão contempla as linhas 11–Coral, 12–Safira e 13–Jade, integrantes do sistema ferroviário do Estado de São Paulo. A concessão possui prazo de 25 anos, contado a partir da data de eficácia contratual.

1.3. Fase pré-operacional

A Companhia encontra-se atualmente em fase pré-operacional, iniciada em 21 de julho de 2025, período em que permanece atuando de forma conjunta com o Poder Concedente. Essa etapa tem como objetivo estruturar a concessionária para assumir integralmente os serviços, garantindo a continuidade das operações e a manutenção dos padrões de qualidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho da Administração realizada em 26 de agosto de 2026.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro da *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

A Demonstração dos Fluxos de caixa, elaborada pelo método indireto, foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa ocorridas nos exercícios apresentados.

A demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto foi preparada e está apresentada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram no período.

2.2. Estimativas e premissas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em métodos de avaliação que utilizam estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para as demandas judiciais e administrativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, anualmente.

2.3. Políticas contábeis materiais

Aplicamos de modo consistente as principais políticas contábeis nos períodos apresentados nas notas explicativas.

2.4. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais e específicos para divulgações de sustentabilidade e riscos climáticos	Adoção voluntária a partir de 2024. A obrigatoriedade regulamentar, originalmente prevista para exercícios sociais iniciados em ou após 01/01/2026 (Resolução CVM nº 193/2023), foi revogada pela Resolução CVM nº 244, de 29/05/2026, que tornou o reporte de Informações Financeiras de Sustentabilidade integralmente voluntário para companhias abertas. A partir de 01/01/2027, a decisão de não reportar deverá ser publicamente justificada ao mercado, no modelo "pratique ou explique".

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações (equivalente esperado no CPC)	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01/01/2027
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18)	Nova estrutura do demonstrativo de resultado, princípios de agregação/desagregação e novas divulgações	01/01/2027
Emendas ao IAS 21	Falta de Intercambiabilidade (ajustes residuais de transição, se aplicável a novos cenários)	01/01/2027

A Administração da Companhia está monitorando essas normas e avaliará eventuais impactos quando da sua vigência.

3. Caixa e equivalentes de caixa

3.1. Política contábil

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atenderem a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata.

Entretanto, saldos bancários a descoberto, decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como contas correntes garantidas que são liquidados em curto prazo, compõem parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Nessas circunstâncias, tais saldos bancários a descoberto são classificados no passivo circulante e incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa, na Demonstração dos Fluxos de Caixa, em cumprimento as especificações do Pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.2. Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	15	38.027
Aplicações financeiras (a)	68.408	674
Total	68.423	38.701

(a) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e remuneradas por taxas pós-fixadas que variam em média 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As remunerações compromissadas iniciam em 90% e a conta max remunera a uma taxa de 20% do CDI. As taxas de remuneração permanecem inalteradas em relação a 31 de dezembro de 2025.

4. Estoques

4.1. Política contábil

Os estoques são representados pelos materiais para consumo e manutenção, mantidos para garantir a disponibilidade imediata e reduzir o custo operacional. Em sua maioria, referem-se a peças de reposição, materiais de carrocerias e combustíveis utilizados para prestação de serviços e na manutenção preventiva dos veículos operacionais. Os estoques são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis, da provisão para materiais obsoletos e dos ajustes a valor presente das operações que envolvem risco sacado, quando aplicável, de forma a refletir o valor realizável líquido. A realização dos estoques é efetuada pelo custo médio ponderado (Média Ponderada Móvel (MPM)), método que reflete o custo médio unitário dos materiais ao longo do período.

Os materiais obsoletos são representados por itens sem giro a mais de 180 dias para o segmento de ônibus e há mais de cinco anos para o segmento de trens, exceto itens de baixo giro que devem ser analisados individualmente por material. A provisão para obsolescência é registrada nas demonstrações financeiras com base nesse critério não havendo movimentação física dos estoques. A baixa desses itens será efetuada somente quando forem vendidos como sucata.

4.2. Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Materiais de reparos de bens e equipamentos	11.648	95
Materiais de segurança	4.586	272
Outros materiais de almoxarifado	2.726	311
Pneus e câmaras	2.072	-
Materiais para obras	695	-
Lubrificantes	296	-
Material de expediente e informática	27	-
Total (a)	22.050	678

(a) O aumento do saldo de estoques em 30 de junho de 2026 é decorrente, principalmente, da aquisição de sobressalentes, realizada em atendimento às obrigações contratuais da Companhia quanto à manutenção de estoque de peças para suporte às operações.

A Administração realizou a avaliação dos itens mantidos em estoque, e até o momento, não foram identificados itens obsoletos ou sem expectativa de utilização no semestre.

5. Tributos a recuperar

5.1. Política contábil

Os tributos a recuperar são registrados com base nos valores efetivamente recolhidos ou retidos pela Companhia, cuja recuperação é considerada provável, observando a legislação vigente.

Os valores são apresentados no ativo circulante ou não circulante, conforme a expectativa de realização, e são periodicamente avaliados quanto à sua recuperabilidade. Reduções ao valor recuperável são reconhecidas quando identificada a necessidade de constituição de provisão para perdas sobre créditos não realizáveis.

5.2. Composição

Em 30 de junho de 2026, o saldo de R\$ 7.169 (R\$ 1.369 em 31 de dezembro de 2025), corresponde ao IRRF incidente sobre aplicações financeiras.

6. Partes relacionadas

6.1. Resumo dos saldos patrimoniais e das transações entre partes relacionadas

6.1.1. Política contábil

As transações com partes relacionadas são reconhecidas e divulgadas conforme o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. São consideradas partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas que detenham controle, controle conjunto, influência significativa ou que integrem a administração da Companhia.

A Companhia registra essas transações com base nos valores acordados entre as partes e divulga nas demonstrações financeiras os principais saldos e transações do período, bem como a remuneração dos administradores, quando aplicável.

6.1.2. Composição

Ativo	Relacionamento	Outros créditos		Total Geral	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
TIC Trens S.A.	Coligada	11	14	11	14
Total		11	14	11	14

Passivo	Relacionamento	Outras obrigações		Total Geral	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
TIC Trens S.A.	Coligada	4	-	4	-
Total		4	-	4	-

6.2. Transações com partes relacionadas com efeitos no resultado.

A seguir, demonstramos o reflexo no resultado do semestre proveniente das operações com partes relacionadas:

	Tipo de operação	Receitas (despesas) operacionais	
		30/06/2026	30/06/2025
TIC Trens S.A.	Reembolso de despesas	(388)	(1.041)
Viação Piracicabana S.A.	Serviços administrativo / outros serviços	(679)	-
Total		(1.067)	(1.041)

6.3. Títulos e valores mobiliários

Conforme Nota explicativa nº 8.2 a aplicação em FIDC, possui gestão de crédito realizada pela Pagol.

6.4. Remuneração dos administradores

A Remuneração dos administradores da Companhia foi registrada na rubrica “Despesas Gerais e Administrativas” no montante de R\$ 3.434 em 30 de junho 2026 (R\$ 375 em 30 de junho de 2025).

7. Outros créditos

7.1. Política contábil

Os Outros Créditos compreendem valores a receber e ativos registrados no ativo circulante e não circulante, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia. Referem-se a valores decorrentes de vendas de bens ou prestação de outros serviços, adiantamentos e despesas pagas antecipadamente.

Esses ativos são avaliados periodicamente, e eventuais perdas por não recuperabilidade são reconhecidas diretamente no resultado do período, conforme avaliação da administração.

7.2. Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamento de fornecedores (a)	92.810	9.847
Seguros (b)	6.734	678
Despesas antecipadas	2.982	1.107
Outras contas a receber	1.115	862
Adiantamentos a funcionários	486	198
Total	104.127	12.692
Circulante	100.914	11.902
Não circulante	3.213	790
Total	104.127	12.692

(a) Parte do saldo de adiantamento a fornecedores refere-se a contrato firmado para a implantação dos sistemas de energia das Linhas 11, 12 e 13, o qual prevê o pagamento de adiantamento vinculados aos marcos do cronograma físico-financeiro, condicionados ao início das respectivas etapas da obra.

(b) Em 30 de junho de 2026, o saldo decorre, principalmente, da contratação de apólices de seguros relacionadas às operações da Companhia.

8. Títulos e valores mobiliários

8.1. Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Os rendimentos auferidos são apropriados ao resultado ao longo do prazo dos instrumentos, com base na taxa efetiva de retorno.

8.2. Composição

A Companhia mantém a totalidade de seus investimentos em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) classificados no ativo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC (a)	107.126	239.233
Total	107.126	239.233

(a) A redução decorre da utilização de recursos para CAPEX e da aplicação de parte dos recursos em CDB, refletindo no aumento do saldo de aplicações financeiras.

Informações adicionais (em reais):

Fundos de investimentos	Principal	Nº quotas	Prazo	Início	Liquidação
Empresas de Transportes FIDC Senior 1 (a)	107.125.725,20	252067,81404071	determinado	2025	2030

(a) A gestão de crédito é realizada pela Pagol¹.

¹Partes relacionadas

9. Ativos de contrato

9.1. Política contábil

O ativo de contrato é reconhecido ao longo da fase de construção da infraestrutura concedida, em contrapartida à receita de construção, conforme previsto no ICPC 01 – Contratos de Concessão e no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A receita de construção é composta pelos custos de capital incorridos (CAPEX) durante a fase de construção. Os valores recebidos do poder concedente a título de aportes reduzem o saldo do ativo de contrato.

9.2. Composição

Saldo Inicial 31/12/2025	Adições	Baixas	Saldo final 30/06/2026
5.081	110.833	-	115.914

O aumento refere-se aos investimentos e adiantamentos vinculados à formação do Ativo de contrato, decorrentes da execução dos projetos previstos no Contrato de Concessão e dos respectivos PEPs. Os principais valores estão relacionados à aquisição de veículos auxiliares, obras iniciais nas estações das Linhas 11, 12 e 13, sistemas de sinalização e equipamentos destinados à renovação da via permanente.

10. Imobilizado

10.1. Política Contábil

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

A depreciação é iniciada quando os bens estão disponíveis para uso, sendo calculada e reconhecida na demonstração do resultado pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

As taxas médias de depreciação ano, que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, são apresentadas conforme a seguir:

	Vida útil % ao ano
	30/06/2026
Edificações e melhoramentos	4%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10%
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%
Equipamentos de processamento de dados	20%
Veículos de apoio	20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de comunicação	10%

Um item de imobilizado é baixado ou transferido para ativos disponíveis para venda, quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da transferência de titularidade do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor líquido contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado na rubrica “Resultado na alienação de imobilizado”, no exercício que ocorrer a baixa do ativo.

Revisão da estimativa da vida útil e do valor residual dos ativos imobilizados

As vidas úteis estimadas de seus ativos imobilizados, é analisado anualmente. Em 30 de junho de 2026, a Companhia realizou a avaliação dos ativos imobilizados e, considerando as condições de utilização, estado de conservação, expectativa de utilização dos ativos e demais informações disponíveis, não foram identificados indicativos que demandassem alteração nas vidas úteis atualmente adotadas.

Revisão do valor recuperável dos ativos

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e ainda não iniciaram a geração de receitas operacionais. O valor dos ativos na data-base corresponde a ativos adquiridos há menos de doze meses, caracterizando uma base de ativos predominantemente recente.

Com base na avaliação dos principais indicadores de desvalorização, não foram identificados eventos ou circunstâncias que indicassem perda por redução ao valor recuperável dos ativos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao semestre findo 30 de junho de 2026

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2. Demonstração do valor contábil líquido do imobilizado

Imobilizado de uso	31/12/2025			30/06/2026					
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo inicial líquido	Adições de bens (a)	Depreciação	Transferências	Saldo final líquido	Custo	Depreciação acumulada
Edificações e melhoramentos - Direito de Uso	8.267	(413)	7.854	2.290	(1.074)	-	9.070	10.556	(1.486)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	-	-	256	(90)	1.915	2.081	2.171	(90)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	-	-	1.609	(9)	-	1.600	1.609	(9)
Obras em andamento	1.915	-	1.915	4.539	-	(1.915)	4.539	4.539	-
Equipamentos de processamento de dados	260	(12)	248	6.418	(169)	33	6.530	6.713	(183)
Veículos de apoio	412	(32)	380	347	(57)	-	670	760	(90)
Móveis e utensílios	979	(15)	964	284	(52)	(27)	1.169	1.235	(66)
Equipamentos de comunicação	19	(1)	18	471	(4)	(6)	479	483	(4)
Total	11.852	(473)	11.379	16.214	(1.455)	-	26.138	28.066	(1.928)

(a) O aumento nas adições de bens registrado no semestre decorre, principalmente, do reconhecimento de ativos de direito de uso de edificações, da evolução das obras em andamento, e da aquisição de equipamentos de processamento de dados, refletindo a continuidade dos investimentos voltados à expansão, modernização e fortalecimento da infraestrutura operacional da Companhia.

11. Intangível**11.1. Política contábil**

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, deduzidos os descontos comerciais e abatimentos. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzida a amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, não tem seus custos de desenvolvimento capitalizados, esses gastos são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

i) Direitos de concessão

A Companhia opera serviços de transporte coletivo de passageiros por meio de contratos de concessão, firmados com o poder concedente.

Os direitos de concessão da Companhia são decorrentes do contrato de concessão, são registrados como ativo intangível, a título de outorga, e são amortizados pelo método linear ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão, sendo o valor correspondente reconhecido como custo de amortização na demonstração do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao semestre findo 30 de junho de 2026

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2. Demonstração do valor contábil líquido do Intangível

Intangível	31/12/2025			Adições de bens	30/06/2026		
	Custo	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido		Saldo final líquido	Custo	Amortização acumulada
Direito de concessão (a)	46.834	-	46.834	112.580	159.414	159.414	-
Total	46.834	-	46.834	112.580	159.414	159.414	-

(a) Os valores incorridos durante a fase pré-operacional estão registrados como ativo intangível, uma vez que são exigências contratuais necessárias para o início da operação comercial. Esses dispêndios atendem aos critérios de reconhecimento de ativo intangível, por serem identificáveis, estarem sob controle da Companhia e possuírem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, além de terem seu custo mensurado de forma confiável, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 04/IAS 38). A modalidade da concessão contempla a construção da infraestrutura, representada por investimentos obrigatórios (com e sem aportes) e o direito de exploração da infraestrutura ao longo do prazo contratual. Os valores registrados nessa linha referem-se especificamente aos investimentos obrigatórios sem aportes, os quais foram reconhecidos como parte dos ativos vinculados à concessão e serão amortizados ao longo do prazo contratual, a partir do início da geração dos benefícios econômicos associados à exploração da infraestrutura.

12. Arrendamento por direito de uso

12.1. Política contábil

A Companhia avalia se um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia compõe o total de arrendamento por imóvel. Como arrendatária, a Companhia, ao determinar o prazo executável do arrendamento, considera todos os fatos e circunstância que criam incentivo econômico para exercer a opção de extensão, ou criam desincentivos econômicos para não exercer a opção de término antecipado.

12.1.1. Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Passivo de arrendamento no início do semestre	8.044	-
Captação	2.290	8.266
Amortização	(632)	(223)
Juros pagos	(695)	(305)
Juros apropriados	695	306
Passivo de arrendamentos no encerramento do semestre	9.702	8.044
Circulante	1.911	1.034
Não circulante	7.791	7.010
Total	9.702	8.044

A seguir apresentamos a composição do saldo de arrendamento por direito de uso por vencimento (*aging list*):

	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Arrendamento Direito de Uso	894	2.156	2.637	2.257	1.758	9.702
Total	894	2.156	2.637	2.257	1.758	9.702

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

O reconhecimento inicial considerou os fluxos financeiros dos contratos da Companhia, a partir dos quais foi apurada uma Taxa Interna de Retorno (TIR) de 1,2395% a.m. A taxa é revisada anualmente.

Os efeitos inflacionários em 30 de junho de 2026, em comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA (índice nacional de preço ao consumidor amplo) de 3,36% a.a. para junho de 2026 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

	30/06/2026	31/12/2025
Fluxo Real	10.397	8.350
Arrendamentos - Direito de Uso	(695)	(306)
(-) Juros a Apropriar		
Fluxo Inflacionário		
Arrendamentos - Direito de Uso	10.746	8.706
(-) Juros a Apropriar	(718)	(319)

13. Fornecedores

13.1. Política contábil

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Tais obrigações, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

13.2. Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais (a)	27.692	4.093
Total	27.692	4.093
Circulante	27.542	4.077
Não circulante	150	16
Total	27.692	4.093

(a) O aumento do saldo de fornecedores em 30 de junho de 2026 decorre, principalmente, do avanço das atividades de implantação e estruturação da operação, que demandaram maior volume de aquisições de bens e contratação de serviços, refletindo os compromissos assumidos junto aos fornecedores em conformidade com o cronograma de execução dos investimentos.

14. Obrigações trabalhistas

14.1. Política contábil

As obrigações trabalhistas correspondem aos valores devidos aos colaboradores em decorrência da legislação trabalhista e previdenciária vigente. Essas obrigações são reconhecidas contabilmente no passivo à medida que os serviços são prestados pelos colaboradores, sendo mensuradas com base nas remunerações contratuais e encargos incidentes até a data do balanço.

14.2. Composição

	30/06/2026	31/12/2025
Férias	13.351	4.238
Décimo terceiro salário	6.853	-
Salários a pagar	22.796	15.619
INSS a recolher	4.903	2.235
FGTS a recolher	1.050	584
Contribuições	85	-
Total	49.038	22.676

15. Passivos contingentes

15.1. Política contábil

A Companhia reconhece uma provisão quando utilizamos os seguintes critérios:

- Há obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- É provável que tenha uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação;
- Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Atendendo aos critérios acima, contabilizamos os casos definidos como prováveis, diante das faixas de risco.

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Aqueles cuja realização é considerada provável são apenas divulgados em notas explicativas.

Os passivos contingentes classificados como de perda possível são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles avaliados como de perda remota não são provisionados nem divulgados.

Para a mensuração da provisão, o valor reconhecido deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Essas estimativas são definidas pelos assessores jurídicos, baseando-se na experiência de atuação da sua área e históricos de outros processos.

15.2. Composição

Em 30 de junho de 2026 e 2025, não foram identificados processos classificados como de perda provável que demandassem divulgação ou reconhecimento contábil, respectivamente, conforme os critérios estabelecidos na política contábil da Companhia.

Adicionalmente em 30 de junho de 2026, a Companhia encontra-se envolvida em outras demandas judiciais, que os nossos assessores jurídicos classificam como sendo de perda possível, portanto, não requerem registros contábeis. Vide composição a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Processos cíveis	12	-
Total	12	-

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

Em 19 de março de 2026, conforme previsto no Edital de Concorrência Internacional no 02/2024 e no respectivo Contrato de Concessão, foi aprovado e integralizado, no semestre, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 5.614.132 passando de R\$ 557.703.587 para R\$ 563.317.719. mediante a emissão de 5.614.132 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito no valor de R\$ 563.317.719 é composto por 563.317.719 ações ordinárias nominativa, de propriedade de pessoas jurídicas no país, sendo assim distribuídas:

	30/06/2026	31/12/2025
Capital Social (em Reais)	563.317.719	557.703.587
(-) Capital social a integralizar:	-	(223.081.434)
Comporte Participações S.A.	-	(223.081.434)
Total	563.317.719	334.622.153

Acionistas	%	Quantidade de ações	
		30/06/2026	31/12/2025
Comporte Participações S.A.	100	563.317.719	557.703.587
Total	100	563.317.719	557.703.587

17. Receitas (despesas) operacionais

Apresentamos a seguir, as despesas da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2026.

	30/06/2026	Período de 08/04/2025 a 30/06/2025
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal (a)	(34.425)	(3.311)
Prestação de serviços (b)	(7.566)	(19.920)
Outras despesas administrativas	(2.755)	(274)
Depreciação e amortização	(1.455)	-
Arrendamento mercantil e locação de bens	(1.145)	(30)
Despesas tributárias	(366)	(18)
Seguros	(13)	(337)
Multas fiscais e compensatórias	(12)	-
Total despesas administrativas	(47.737)	(23.890)
Outras receitas operacionais		
Recuperação de custos e despesas	124	-
Total outras receitas operacionais	124	-
Total Receitas (despesas) operacionais	(47.613)	(23.890)

(a) Aumento do quadro de pessoal e dos reajustes salariais estabelecidos de acordos coletivos.

(b) A variação observada na linha de prestação de serviços decorre, da redução dos serviços contratados no semestre, especialmente aqueles relacionados a construção, adequação e melhoria de ativos, que, quando aplicável, são capitalizados no imobilizado ou intangível.

18. Resultado financeiro

	30/06/2026	Período de 08/04/2025 a 30/06/2025
Receitas financeiras	21.298	7.516
Ganhos com participação em fundos de investimento (a)	20.364	6.646
Receitas de aplicações financeiras	929	870
Variações monetárias ativas	5	-
Despesas financeiras	(3.167)	(1.008)
IOF	(1.041)	(72)
Outras despesas financeiras (b)	(990)	(350)
Juros sobre arrendamentos	(695)	-
Comissão sobre captação de recurso	(225)	(586)
Variações cambiais passivas	(209)	-
Tarifas bancárias	(6)	-
Juros passivos	(1)	-
Total	18.131	6.508

(a) A variação decorre, principalmente, do aumento dos investimentos em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) no semestre, refletindo a maior alocação de recursos nesses instrumentos financeiros.

(b) A variação decorre, principalmente, do reconhecimento de PIS e COFINS sobre receitas financeiras auferidas no semestre.

19. Imposto de renda e contribuição social

19.1. Política contábil

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 por ano para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, limitada a 30% do lucro real.

A despesa do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido são reconhecidos no resultado.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável de IR e base negativa de CSLL, respectivamente do exercício, a taxas de impostos decretadas na data da apresentação das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos)

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual possa ser utilizado, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial do ativo ou passivo na transação que:

- Não é uma combinação de negócios;
- No momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Os créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro/prejuízo fiscal;
- Impostos diferidos (IR e CSLL) estão reconhecidos no passivo circulante para as diferenças temporárias de curto prazo e não circulante para as diferenças em que há segregação de curto e longo prazo. São mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o passivo será liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço; e
- Impostos diferidos (IR e CSLL) relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial também são registrados no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado.

19.2. Imposto de renda e a contribuição social diferidos

	30/06/2026	31/12/2025
CSLL sobre base negativa	3.511	330
IRPJ sobre Prejuízos Fiscais	9.754	916
Diferenças Temporárias:		
Provisão para demandas judiciais e administrativas	37	-
Impacto do arrendamento de direitos de uso	215	-
Totais débitos / créditos fiscais líquidos	13.517	1.246
Ativo não circulante	13.517	1.246
Total	13.517	1.246

19.2.1. Análise da alíquota efetiva do Imposto de renda e a contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, calculados pela aplicação da alíquota fiscal, combinada com as despesas debitadas ao resultado, estão assim apresentados:

	30/06/2026	Período de 08/04/2025 a 30/06/2025
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CSLL	(29.482)	(17.382)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	10.024	5.910
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Provisões temporária	(2.680)	-
Despesas não dedutíveis ou tributáveis	(38)	(18)
Adições Permanentes	(601)	(5.904)
Exclusões Permanentes	5.554	-
Parcela Isenta do Adicional de 10%	12	12
IRPJ e CSLL diferidos	12.271	-
IRPJ e CSLL no resultado do semestre	12.271	-
Alíquota efetiva	-41,6%	0,0%

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são contratados em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos, classificados como instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

a) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados às atividades da Companhia, à flutuação das taxas de juros com o intuito de minimizar os efeitos, a Companhia utiliza instrumentos de acordo com a política de gerenciamento de risco estabelecida, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos adequadamente a cada circunstância e riscos inerentes para suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerência permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos ativos com instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

e) Risco de taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

f) Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Caixa e equivalentes de caixa

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

Conta a receber e a pagar

Registrados com base no valor nominal dos títulos e avaliado pelo conceito de custo amortizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referente ao semestre findo 30 de junho de 2026

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos e financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado, foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrado com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Ativos, conforme balanço patrimonial	30/06/2026			31/12/2025		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	68.423	68.423	-	38.701	38.701
Títulos e valores mobiliários	107.126	-	107.126	239.233	-	239.233
Partes relacionadas	-	11	11	-	14	14
Outros créditos	-	104.127	104.127	-	12.692	12.692
Total	107.126	172.561	279.687	239.233	51.407	290.640

Passivos, conforme balanço patrimonial	30/06/2026			31/12/2025		
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores	-	27.692	27.692	-	4.093	4.093
Arrendamentos por direito de uso	-	9.702	9.702	-	8.044	8.044
Partes relacionadas	-	4	4	-	-	-
Outras obrigações	-	2.715	2.715	-	12	12
Total	-	40.113	40.113	-	12.149	12.149

g) Gestão de capital

A Companhia busca a otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de satisfazer suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura que considera parâmetros adequados para os custos financeiros.

21. Cobertura de seguros (não auditado)

Devido à natureza de sua operação, a Companhia está exposta a riscos de desembolsos ocasionados. Para garantir exposição menor a estes riscos a Companhia possui cobertura de seguros conforme necessidades específicas, contratos de prestações de serviços ou contratos de concessão, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros em conformidade com o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. As coberturas de seguros são:

Garantia obrigatória contratual

Os seguros de garantia são contratados pela concessionária, conforme exigência do poder concedente, em caso de irregularidades na prestação de serviço de transportes de passageiros.

Garantia	Estado	LMI (R\$)	Vigência
Concessão	São Paulo	779.711.080,38	Até 21/05/2027

22. Eventos subsequentes

a) Contratação de Seguros Operacionais

A Trivia Trens S.A. formalizou a contratação de novas apólices de seguros relacionadas às suas operações, visando ampliar a cobertura dos riscos operacionais e atender às exigências contratuais aplicáveis.

Responsabilidade civil para danos causados a terceiros

Seguros contratados	LMI	Vigência
Danos Materiais ao Patrimônio		
Riscos Operacionais	8.252.860.491,47	20/07/2026 a 20/07/2028
Riscos Ambientais	499.051,69	21/07/2026 a 21/07/2028
Danos corporais, materiais, estéticos, e danos morais causados a terceiros	62.563.706,27	20/07/2026 a 20/07/2028

b) Suspensão temporária da operação comercial

Em 21 de julho de 2026 iniciou, a etapa de Operação Assistida, que marcou a assunção da operação comercial das Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade pela Trivia Trens S.A.

Em 23 de julho de 2026, ocorreu um incidente envolvendo uma composição ferroviária, a subestação elétrica de Sebastião Gualberto e a rede aérea, no trecho entre Tatuapé e Brás. Após a adoção dos protocolos de contingência e segurança, a operação foi restabelecida ainda na mesma data.

Em decorrência do incidente, a ARTESP determinou, em caráter cautelar, a suspensão da operação comercial da Companhia e o retorno da concessão à fase pré-operacional, passando a CPTM a assumir a operação e manutenção do sistema. A Companhia permanece prestando suporte técnico e operacional pelo período inicial de 90 dias, colaborando com o Poder Concedente e os demais órgãos envolvidos na apuração dos fatos e na retomada segura da operação comercial.

* * *